



Entrevista — Vitalino Canas / Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

# “A democracia é globalmente frágil”

Ana Maria Campos

**P**residente do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), o professor de direito constitucional da Universidade de Lisboa Vitalino Canas é um profundo conhecedor da realidade brasileira. Em entrevista ao *Correio*, o jurista analisa os recentes acontecimentos na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, democracia, papel do Judiciário — especialmente do Supremo Tribunal Federal — na construção de um equilíbrio da sociedade, legalização das drogas e semipresidencialismo.

Canas participou da mesa de abertura do XII Fórum de Lisboa, realizado em junho, na capital portuguesa, sob organização da Faculdade de direito de Lisboa, do IDP e da Fundação Getúlio Vargas, com a participação de juristas e autoridades públicas do Judiciário, Legislativo e Executivo. Ele avalia que o evento é uma grande oportunidade para o Brasil se mostrar na Europa. “Creio que não há neste momento em Portugal (e talvez na Europa) nenhuma “montra” tão plural e tão completa do que é o Brasil atualmente, na visão franca e descomplexada dos três poderes e de muito mais individualidades.

Autor da lei que reformou a política de drogas em Portugal, Vitalino Canas afirma que a decisão do STF de adotar como um dos critérios de avaliação entre consumo e tráfico é o mais objetivo. Mas defende, como ocorre no Brasil, que o juiz tenha a prerrogativa de avaliar o caso concreto. Ele afirma que a legalização do consumo não incentivou o aumento. “Os relatórios internacionais, designadamente os do Observatório Europeu não mostram nenhuma evidência do aumento do consumo nos anos seguintes à descriminalização em 2000. Antes pelo contrário, fenômenos perversos ligados ao consumo, como mortes, consumos de risco, etc., sofreram diminuição. A experiência portuguesa é geralmente considerada de referência nos quadros internacionais, na Europa e EUA”.

**Como o senhor viu o episódio ocorrido em 8 de janeiro de 2023,**

Divulgação



**“Diria que o perigo da democracia brasileira não é imediato ou maior do que o de outras, mas existe, porque, pelo que observamos no mundo, é frágil e tem inimigos poderosos”**

**em que as sedes dos Três Poderes da República brasileira foram invadidos e depredados? Na sua avaliação, houve uma tentativa de golpe de Estado?**

Vi com estupefação, é um acontecimento absolutamente anormal em democracias consolidadas. Mas houve

democráticas, um planejamento mínimo e uma execução com alguma coordenação com vista a atingir o fim. Visto de fora pareceu-me mais um conjunto de atos de vandalismo, de pessoas que simplesmente queriam destruir alguma coisa, pelo simples gozo de destruição. Ainda pior que golpe de Estado, porque esse, normalmente, tem sempre a pretensão de melhorar alguma coisa (embora normalmente piore).

**O senhor acredita que a democracia brasileira está em risco? É frágil?**

A democracia, hoje em dia, como noutras épocas anteriores, é globalmente frágil, pelo que pode ser destruída. O Brasil tem na sua história muitos períodos em que a democracia foi preterida em detrimento de regimes autoritários. Diria que o perigo da democracia brasileira não é imediato ou maior do que o de outras, mas existe, porque, pelo que observamos no mundo, é frágil e tem inimigos poderosos. Todavia, como mostrei num texto que publiquei há uns dias, as muitas eleições ocorridas nos últimos meses mostram em geral resiliência dos setores democráticos ao nível global.

**Nos últimos anos, o Judiciário tem exercido um papel de destaque nos grandes debates públicos. Deixou aquela postura hermética e hoje atua até de forma política. Como o senhor avalia essa transformação?**

O Judiciário, particularmente a jurisdição constitucional, desempenhou um papel fundamental no mundo inteiro, desde o fim da II guerra, até hoje, para consolidar o constitucionalismo e o Estado de direito. Isso é reconhecido pelos cidadãos em geral, daí o prestígio de que goza. Por outro lado, os próprios políticos eleitos por vezes preferem que seja, em alguns casos, o Judiciário a tomar decisões em áreas em que ainda não há consenso social e político. É claro que para continuar a usufruir deste olhar favorável o Judiciário tem de ser criterioso, astuto, e evitar parecer órgão político-partidariamente motivado. Se assim não for, perde o respeito e a legitimidade democrática.

obviamente um efeito cópia em relação aos acontecimentos do Capitólio, em Washington. Por vezes é difícil estabelecer a fronteira entre o que é golpe de Estado e outra coisa. Um golpe de Estado supõe a existência de uma liderança assumida, uma vontade inequívoca de derubar o Governo e talvez as instituições